

III Congreso Internacional de Investigación y Práctica Profesional en Psicología XVIII Jornadas de Investigación Séptimo Encuentro de Investigadores en Psicología del MERCOSUR. Facultad de Psicología - Universidad de Buenos Aires, Buenos Aires, 2011.

Questões éticas em instrumentos de avaliação da personalidade.

De Oliveira Moura, Georgia y Venzon, Clarissa.

Cita:

De Oliveira Moura, Georgia y Venzon, Clarissa (2011). *Questões éticas em instrumentos de avaliação da personalidade. III Congreso Internacional de Investigación y Práctica Profesional en Psicología XVIII Jornadas de Investigación Séptimo Encuentro de Investigadores en Psicología del MERCOSUR. Facultad de Psicología - Universidad de Buenos Aires, Buenos Aires.*

Dirección estable: <https://www.aacademica.org/000-052/918>

ARK: <https://n2t.net/ark:/13683/eRwr/Pxz>

Acta Académica es un proyecto académico sin fines de lucro enmarcado en la iniciativa de acceso abierto. Acta Académica fue creado para facilitar a investigadores de todo el mundo el compartir su producción académica. Para crear un perfil gratuitamente o acceder a otros trabajos visite: <https://www.aacademica.org>.

QUESTÕES ÉTICAS EM INSTRUMENTOS DE AVALIAÇÃO DA PERSONALIDADE

De Oliveira Moura, Georgia; Venzon, Clarissa
Universidade Federal Do Rio Grande do Norte. Brasil

RESUMEN

O desenvolvimento de instrumentos de avaliação psicológica é norteado por uma série de pressupostos técnicos científicos e matematizados com vistas a ofertar testes psicológicos cuja validade e precisão na verificação e avaliação de características psicológicas. O presente artigo objetiva analisar os aspectos demográficos e éticos dos estudos constantes nos principais instrumentos psicológicos comercializados no Brasil, na sua representatividade amostral com vistas ao atendimento da população brasileira. Foram identificados os instrumentos psicológicos de avaliação da personalidade normal, no site do Conselho Federal de Psicologia, sobre os quais se buscaram os dados concernentes aos principais indicadores demográficos utilizados, a descrição das características da população representada além do atendimento da resolução 196/96 nas descrições das pesquisas realizadas. Todos são instrumentos com anuência do Conselho Federal de Psicologia, podem ser comercializados no Brasil, não tem restrições quanto ao seu emprego por parte do psicólogo como assegura a legislação em vigor. Evidenciou-se que os instrumentos não apresentaram a anuência de seus projetos no comitê de ética em pesquisa com seres humanos, não havia nenhum relato de uso de TCLE nas administrações realizadas nas amostras. Estes aspectos caracterizam a precariedade das informações que pesquisadores em psicologia têm sobre os pontos capitais de pesquisa com seres humanos.

Palabras clave

TCLE Ética Personalidade Anuência

ABSTRACT

ETHICAL ISSUES IN PERSONALITY ASSESSMENT INSTRUMENTS

The development of psychological assessment instruments is guided by a series of scientific and technical assumptions mathematized in order to offer psychological tests whose validity and accuracy of verification and assessment of psychological characteristics. This article purposes to analyze the demographic and ethical aspects of the studies listed in the major psychological instruments traded in Brazil, its representative sample in order to meet the Brazilian population. We identified the psychological tools to assess the normal personality, the site of the Federal Council of Psychology, for which data were sought regarding the main demographic indicators used, the description of the characteristics of the population represented beyond the call of the resolution 196/96

descriptions of surveys. All are instruments with the approval of the Federal Council of Psychology, may be marketed in Brazil, has no restrictions on his employment by the psychologist to ensure the legislation. It was found that the instruments did not have the consent of their projects in the ethics committee on human research, there was no reported use of IC in the samples taken in administrations. These features characterize the precariousness of the information that researchers in psychology have on the main points of research with humans.

Key words

IC Ethics Personality Consent

1. Introdução

A avaliação psicológica é uma prática exclusiva do psicólogo que tem como objetivo a promoção de um entendimento mais aprofundado e global do indivíduo, visando responder a algum questionamento diagnóstico, de nível de capacitação e habilidades, de interesses, entre outros, dependendo da finalidade da avaliação (Cunha, 2000). A avaliação psicológica é comumente associada aos testes psicológicos, porém é possível realizá-la sem os mesmos apenas utilizando técnicas de entrevista, observação, hora do jogo diagnóstica e uso de técnicas gráficas para estimular a expressão (Werlang, Villemor-Amaral & Nascimento, 2010).

Os testes são uma ferramenta a mais que o psicólogo possui para entender o mundo interno e funcionamento do sujeito e que podem ser de grande valia quando, e somente quando, forem adequadamente construídos, selecionados e utilizados (Nascimento, 2010).

O presente estudo teve como objetivo analisar os aspectos que tornam os testes uma fonte de informação inválida, infidedigna e pouco confiável. Como também, a forma que se dá a construção dos testes e se se respeitam a resolução 196/96 do Conselho Nacional de Saúde (CNS) do Brasil neste processo e se realmente consegue dar conta do controle e supervisão da qualidade dos testes em relação à fidedignidade, validade e adaptação à população para qual o seu uso foi designado.

Esta análise se embasou em uma pesquisa onde nosso objeto de estudos foram os manuais dos referidos testes. Focamos nossa análise no método e nos processos utilizados nas pesquisas para a construção dos instrumentos. Buscando verificar o tratamento que foi dado aos participantes das pesquisas em relação ao respeito à resolução sobre pesquisa com humanos do

CNS. Outro aspecto que foi analisado em cada manual foi a característica da amostra e sua relação com a população indicada para o uso do instrumento.

Apesar de estes aspectos serem importantes, tanto em relação aos testes que avaliam funções e capacidades cognitivas assim como aqueles que avaliam personalidade, no presente estudo somente abordaremos os testes objetivos, expressivos e projetivos que avaliam aspectos da personalidade.

1. Avaliação Psicológica e contexto ético

A avaliação psicológica é um processo que deve estar contextualizado e que visa o entendimento de um sujeito através do uso de técnicas e métodos que auxiliem aprofundar o conhecimento de características cognitivas, emocionais e de personalidade da pessoa (Cunha, 2000; Werlang, Villemor-Amaral & Nascimento, 2010). Ela é um tipo de investigação científica e tem na sua base o estudo e a pesquisa das diferenças individuais através de estudo empíricos e mensuração de características pessoais. Os precursores da avaliação psicológica são Francis Galton (1822-1911), Mckeen Catell (1860-1944), Alfred Binet (1857-1911) & Theophile Simon (1872-1961). Até a presente data os instrumentos que se tinham para avaliar a personalidade eram apenas os testes projetivos e praticamente exclusivamente usados na área clínica. A partir de 1940 é que iniciaram a construção de instrumentos objetivos para avaliar a personalidade como os atuais inventários de personalidades e escalas (Werlang, Villemor-Amaral & Nascimento, 2010).

Atualmente encontramos no mercado 11 testes favoráveis segundo avaliação do CFP para a avaliação da personalidade, entre os testes de auto-relato, de expressão e projetivos (Satepsi, 2011).

A construção de instrumentos se baseia em estudos dos constructos que se deseja avaliar e em um processo de pesquisa e aplicação do instrumento em indivíduos para que sua validade seja testada e obtenhamos um padrão de respostas que possam ser interpretados e nos levem a conclusões fidedignas sobre o sujeito através do instrumento (Pasquali, 2001).

Devido às intensas e constantes críticas feitas sobre a veracidade das constatações alcançadas pelos psicólogos através do uso de testes nas avaliações, se faz cada vez mais importante que a construção dos instrumentos seja embasada em estudos sérios com embasamento teórico e empírico, para dar credibilidade ao instrumento.

Pensando nisto o CFP do Brasil em 2003 lançou a resolução de número 002/2003 acerca do uso, elaboração e comercialização dos testes psicológicos, visando entre outras coisas, qualificar e estimular a renovação dos estudos e pesquisas em relação aos instrumentos de avaliação. Bem como, auxiliar o psicólogo verificando a qualidade dos instrumentos que a ele são oferecidos e exigindo responsabilidade em relação à escolha destas ferramentas no exercício da sua profissão. Resultando na limitação por parte do psicólogo ao uso de testes

que forem aprovados pelo CFP, sob pena de cometer uma falta ética.(CFP, 2003)

Na mesma resolução contém dados e exigências de qualidade nos manuais, construção e exigência de renovação de estudos sobre os instrumentos de no mínimo de 10 em 10 anos.

Tornando de suma importância que os manuais dos instrumentos que utilizamos tenham dados sobre a forma como este instrumento foi construído, qual o perfil do indivíduo que participou da amostra, como foi feita a coleta de dados e em qual contexto, para que o leitor tenha pleno conhecimento do instrumento que escolheu para fazer uso. Podendo ter uma visão crítica do mesmo e o utilizar apenas na população que realmente for indicada. Aspecto importante é o fato de que não basta usar testes favoráveis segundo o CFP, mas também o psicólogo tem que estar apto e capacitado a analisar os manuais, buscando informações adicionais sobre o instrumento e somente usá-lo em populações equivalentes àquelas pesquisadas na validação do instrumento. Podemos verificar isso claramente no parágrafo único da resolução de número 002/2003:

“Parágrafo Único - O psicólogo que utiliza testes psicológicos como instrumento de trabalho, além do disposto no caput deste artigo, deve observar as informações contidas nos respectivos manuais e buscar informações adicionais para maior qualificação no aspecto técnico operacional do uso do instrumento, sobre a fundamentação teórica referente ao construto avaliado, sobre pesquisas recentes realizadas com o teste, além de conhecimentos de Psicometria e Estatística” (CFP, 2003, p. 7)

O processo de construção, validação ou adaptação de um instrumento de avaliação é norteado por uma série de pressupostos técnicos científicos e matematizados caracterizando um rigor metodológico com vistas a ofertar testes psicológicos que garantam a precisão e fidedignidade na verificação e avaliação de características psicológicas (ALCHIERI, 2006). Não obstante estes pressupostos outros aspectos devem ser contemplados no processo de elaboração, dentre eles a representatividade amostral, generalização e adequação de normas e o atendimento ético da investigação (CFP, 2003; CNS, 1996; URBINA, 2007). Como já foi visto, na elaboração de testes psicológicos se faz necessário estudos onde estes instrumentos sejam testados, estudos que envolvem pessoas.

A resolução de número 196/96 criada pelo CNS em 1996 trata sobre a regulamentação de pesquisas que envolvam seres humanos, ela visa preservar os direitos dos participantes de pesquisa, buscando sob o ponto de vista do individual e coletivo reforçar os referenciais básicos da bioética, como a autonomia, a não maleficência, a beneficência e a justiça, entre outros, busca respeitar os direitos dos sujeitos de pesquisa e regularizar os deveres da comunidade científica, em relação aos mesmos. Desta forma garante aos participantes das pesquisas direitos como: sigilo da sua identificação, a possibilidade de deixar o estudo a qualquer momento, saber do que se trata a pesquisa que vai participar, en-

tre outros. Todos estes aspectos devem estar presentes em um Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) que deve ser assinado pelo participante antes de iniciar a pesquisa. Neste TCLE é obrigatório que conste o número do processo de submissão e aprovação do projeto por um Comitê de Ética em Pesquisa (CEP), evidenciando que esta pesquisa já foi avaliada por um CEP que constatou que ela é eticamente correta. (CNS, 1996)

Entendemos que este seja um aspecto muito importante e muitas vezes negligenciado, pois frequentemente o pesquisador está imerso no seu estudo e objetivos, visando inclusive a construção de algo para melhorar a qualidade de avaliação de indivíduos, mas esquece de que sua “amostra” é composta por humanos e que estes possuem direitos. E entre eles está o direito de saber claramente de qual estudo estão participando e o mais importante: se desejam participar dele.

2. Resultados

Analisamos os manuais de testes que avaliam personalidade considerada favorável segundo avaliação do CFP, enfocando a caracterização da amostra das pesquisas, no que concerne distribuição demográfica, escolaridade e abrangência e correlação com o a indicação que é feita para o uso do teste. Bem como, observamos se o atendimento as regras da resolução nº196/96 foi cumprido no processo de elaboração do instrumento.

Dos 10 manuais pesquisados encontramos referência ao uso do TCLE antes da aplicação do instrumento para a coleta de dados apenas em dois casos, sendo que em nenhum dos manuais foi encontrado referência à submissão do estudo à análise de algum Comitê de ética em Pesquisa. Apenas em quatro deles foi exposto que os locais de onde seriam coletados os dados foram contatados e solicitada a permissão para envio de material ou coleta de dados. A *forma* como foi feita a aplicação, *por quem* e que *tipo de treinamento* foi feito, e *onde* foram aplicados, todas características de padronização da coleta foram registradas apenas em três manuais.

Em um dos manuais nada consta sobre dados estatísticos ou amostrais de pesquisa, apenas fundamentação teórica. Assim como, em outro manual, ambos de testes projetivos, apresenta um estudo de validade feito com 48 estudantes universitárias da PUC de SP, como também apresenta 5 estudos com amostra inferior a 15 casos, feita de forma precária, inclusive com um estudo com crianças sendo que o teste é para adultos, este mesmo teste apresenta um estudo de precisão feito através de um estudo com 30 protocolos, aplicados por um mesmo psicólogo, uma amostra pequena e sem descrição que não gera dados generalizáveis.

(ver tabla)

3. Conclusões

A partir da análise de dez manuais de testes de psicologia que avaliam aspectos da personalidade considera-

dos favoráveis pelo CFP, observou-se que apenas um deles mencionou a existência de um TCLE assinado pelos participantes e em nenhum caso foi especificado se houve submissão ao CEP para avaliação do projeto de pesquisa, já que estas são pesquisas que envolvem humanos. O que é preocupante e nos faz pensar na precariedade do cumprimento das normas definidas pela resolução de número 196/96 do CNS. E na forma como alguns pesquisadores ainda estão lidando com os participantes das suas pesquisas.

Chama atenção que os manuais que apresentaram maior clareza em relação ao método de pesquisa e construção dos instrumentos, bem como que trouxeram maior especificidade da amostra e preocupações éticas são os mais recentes, com menos de 4 anos de publicação. O que pode ser um dado positivo já que pode denotar uma mudança de comportamento em processo lento de construção.

Em relação à amostra em si, em sua maioria não foi detalhada quanto a aspectos sociodemográficos, e a distribuição da mesma se restringe a apenas um estado brasileiro com exceção de 2 casos, o que impossibilita a generalização do uso dos resultados para toda a população brasileira de forma confiável. Inclusive um dos manuais é embasado em amostra internacional. Apesar disto, nos manuais não havia nenhum tipo de menção a esta fragilidade do instrumento. O que não desobriga, como já vimos anteriormente, o psicólogo de estudar o manual e perceber por si mesmo a adequação ou não do uso do teste para os fins da avaliação que realizará. Obrigação esta disposta na resolução do CFP 002/2003 que dispõe sobre o uso, elaboração e comercialização dos testes psicológicos.

Apesar desta responsabilidade que cabe ao psicólogo que utilizará o testes, acreditamos que quando os processos de construção, padronização ou validação de instrumentos são feitos desta forma, os manuais terminam por não auxiliar o psicólogo que o utilizará a obter informações claras a respeito do mesmo. Terminando por muitas vezes fazer um uso indevido dos instrumentos.

Importante salientar que os testes psicológicos são de uso exclusivo do psicólogo e são uma ferramenta a mais que podem ser utilizadas na avaliação psicológica, importante que o profissional valorize isso. No entanto, só possuem real utilidade quando são elaborados adequadamente e respondem fidedignamente ao que se propõem, por este motivo e para que seu uso não caia em descrédito devemos atentar para uma adequada e válida construção dos mesmos, sempre respeitando ao máximo os direitos dos participantes da pesquisa e cumprindo nossos deveres como pesquisadores.

A tabela a seguir ilustra os principais resultados obtidos:

TESTE	AMOSTRA	Região	CEP	TCLE	ESCOLARIDADE
Zulliger - ZSC	475 não-clínicos, 85 clínicos	SP	Não	Sim	>superior
Z - Teste	1341		Não	Não	>superior
Batera Fatorial de Personalidade - BFP	6599		Não	Não	>superior
As pirâmides coloridas de Pfister	276		Não	Sim	Balanceada
TAT- Teste de Apercepção Temática	48 estudantes	SP	Não	Não	>superior
Rorschach - SC Exner	815 clínicos 700 n-clínicos 1390 crianças	EUA	Não	Não	Não fala
H-T-P Manual e Guia de interpretação	Nada consta de dados amostrais	----	Não	Não	----
Teste Palográfico	583	SP	Não	Não	Balanceada
IFP	4308	11 estados	Não	Não	>superior
NEO PI-R	1353	MG,SP,SC	Não	Não	>ensino médio

Tabela 1: representatividade dos testes por amostra, região, CEP, TCLE e escolaridade

REFERÊNCIAS

Alchieri, J.C. e Cruz, R. M. (2006). Avaliação Psicológica: Conceitos, Métodos e Instrumentos. 1ª reimpressão, São Paulo: Casa do Psicólogo.

Alves, I. C. B.; Esteves, C. (2009). O teste Palográfico na avaliação da personalidade. 2ed. SP: Editora Vetor.

Buck, J. N.(2003). Casa-árvore-pessoa técnica projetiva de desenho H-T-P Manual e Guia de interpretação. SP: Ed. Vetor.

Conselho Federal de Psicologia. Resolução CFP N° 002/2003. Disponível em: Data de acesso: 02/07/2011

Conselho Nacional de Saúde. Diretrizes e Normas Regulamentadoras de Pesquisas Envolvendo Seres Humanos. Disponível em: Data de acesso: 02/07/2011

Cunha, J.A. (1993). Psicodiagnóstico V. POA: Artmed, 5 ed,2000.

Costa, P. T. Jr; McCrae, R. (2007). NEO PI-R Inventário de Personalidade NEO Revisado & Inventário de Cinco fatores NEO-FFI-R [versão curta]. SP: Ed. Vetor.

Exner, J. E. Jr. (1999). Manual de Classificação para o Sistema Compreensivo. SP: Casa do Psicólogo.

Murray, H. A. (2005). T.A.T- Teste de Apercepção Temática Adaptado e Ampliado. SP: Casa do Psicólogo. Adaptado e Ampliado por Maria Cecília Vilhena M. Silva

Nascimento, R. S. G. F. (2010). Sistema Compreensivo do Rorschach: teoria, pesquisa e normas para a população Brasileira. SP: Casa do Psicólogo.

Pasquali, L. (2001). Técnicas de Exame Psicológico - TEP Vol. I: Fundamentos das Técnicas Psicológicas. São Paulo: Casa do Psicólogo / Conselho Federal de Psicologia.

Pasquali, L.; Azevedo, M.M.; Ghesti, I. (2003). IFP Manual Técnico de Aplicação. 2 ed. SP: Casa do Psicólogo.

Urbina, S. (2007). Fundamentos da Testagem Psicológica. POA: Artmed.

Villemor-Amaral, A. E.; Primi, R. (2009). Teste de Zulliger no sistema compreensivo ZCS- forma individual. SP: Casa do Psicólogo.

Werlang, B. S. G; Villemor-Amaral, A. E; Nascimento, R. S. G. F. (2010). Avaliação Psicológica, testes e possibilidades de uso. In: Avaliação Psicológica diretrizes e regulamentação da Profissão. Brasília: CFP.